

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

225

HABEAS CORPUS Nº	0203992-9
COMARCA:	SERRA TALHADA
VARA:	CRIMINAL
IMPETRANTE(S):	VINICIUS NUNES NOVAES
PACIENTE:	MARCOS ANTÔNIO DE MELO
PROCURADOR:	DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. PROCESSO EM FASE DAS ALEGAÇÕES FINAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. ORDEM PREJUDICADA. DECISÃO UNÂNIME.

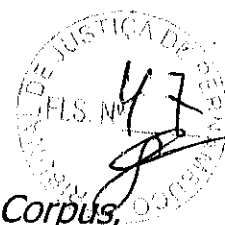
I – Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de excesso de prazo na formação da culpa – Súmula 52 do STJ.

II – Concessão da liberdade provisória a coautor não pode ser estendida ao réu, considerando-se que este responde a outro processo por homicídio.

III – Ordem denegada de forma uníssona.

ACÓRDÃO

226



Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus*, Processo Nº **0203992-9** da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, em que figura(m), como Impetrante(s) **Vinicius Nunes Novaes** e Paciente, **Marcos Antônio de Melo**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



227



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

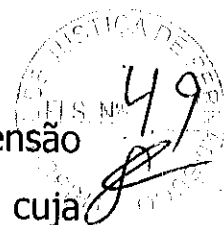
HABEAS CORPUS Nº	0203992-9
COMARCA:	SERRA TALHADA
VARA:	CRIMINAL
IMPETRANTE(S):	VINICIUS NUNES NOVAES
PACIENTE:	MARCOS ANTÔNIO DE MELO
PROCURADOR:	DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Vinicius Nunes Novaes impetra a presente ordem de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, em favor de **Marcos Antônio de Melo**, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada/PE.

Segundo os autos, o Paciente fora preso em flagrante delito de tentativa de homicídio, processo nº 238.2007.001350-4 e responde a outro processo de nº 238.2007.001349-0.

Alega o Impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, em virtude de estar custodiado há mais de 02 (dois) anos e 03 (três) meses sem que haja sido prolatada sentença. Sustenta, outrossim, que, no mês de junho, foi formulado, perante o Juízo de origem,



pedido de revogação da prisão preventiva do Paciente ou de extensão dos efeitos do julgamento do *Habeas Corpus* nº 0158431-4, cuja ordem fora concedida por este Tribunal de justiça a um dos corréus, aduzindo que tal pleito ainda não foi apreciado pela autoridade dita coatora.

O pedido formulado em sede de cognição sumária foi indeferido às fls. **15/16**.

A autoridade indicada coatora ofereceu informações às fls. **22/23**, afirmando que o feito encontra-se com vistas às partes para apresentarem as alegações finais em memoriais.

A Procuradoria de Justiça, pelo procurador Itabira de Brito Filho, ofertou parecer às fls. **41/42**, manifestando-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



229



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

HABEAS CORPUS Nº	0203992-9
COMARCA:	SERRA TALHADA
VARA:	CRIMINAL
IMPETRANTE(S):	VINICIUS NUNES NOVAES
PACIENTE:	MARCOS ANTÔNIO DE MELO
PROCURADOR:	DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

De proêmio, verifico ser impossível acolher o pedido referente à extensão dos efeitos da decisão prolatada no HC nº 0158431-4, considerando-se que o Paciente responde a dois processos onde está sendo denunciado sob a acusação de homicídio tentado, o destes autos, e de homicídio consumado, demonstrando a sua periculosidade, que por si só, segundo nossos tribunais, é condição suficiente para se manter a custódia cautelar.

No que se refere ao pedido principal, conforme relatado, a insurgência do impetrante resume-se ao alegado excesso de prazo na consecução da instrução criminal. Todavia, considerando-se que o feito encontra-se com vistas às partes para apresentarem as alegações finais em memoriais, é de se aplicar o mandamento da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça: **"Encerrada a instrução criminal, fica**

ses/

3



superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Se tudo isso não bastasse, acrescente-se o fato de que se trata de processo complexo com vários réus, necessitando de expedição de cartas precatórias, mas que, não obstante os percalços encontrados, próprios da complexidade do feito, a instrução está finda.

Em assim sendo, não há coação ilegal a ser sanada e por esses fundamentos, **voto** denegando a ordem.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio
Relator